



# Bíblia e Política<sup>1</sup>

*Ludovico Garmus*

## 1. Definindo o que é política

Se consultarmos um dicionário, como o Dicionário Aurélio, aparecem as seguintes definições de política: Ciência dos fenômenos referentes ao Estado; ciência política; sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos; arte de bem governar os povos; conjunto de objetivos que formam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução; princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado; posição ideológica a respeito dos fins do Estado; atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou proselitismo partidário; habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados.

Para as finalidades do presente estudo, porém, nos contentamos com uma definição que contempla, sobretudo, o bem-estar dos destinatários da ação política. Assim, de modo geral, poderíamos entender o termo “política” como a condução de uma sociedade visando o bem-estar de seus cidadãos. De fato, política vem da palavra grega *pólis*, isto é, cidade. Por isso, a política envolve, antes de tudo, os interesses do cidadão.

---

<sup>1</sup> Texto da palestra apresentada do Instituto Filosófico e Teológico de Nova Iguaçu, no dia 16/04/2008.

## 1.1 Perguntas que surgem

Quando se fala de Bíblia e Política, várias perguntas podem ser levantadas:

Como acontecia nas diferentes situações históricas em que Israel vivia aquilo que hoje nós chamaríamos política, isto é, o interesse da construção do bem-estar do cidadão? Que “regimes políticos” existiram ao longo da história de Israel? Existia, nos tempos bíblicos, a atual divisão entre política e religião? Isto é, havia um Estado laico? Que ideologia, que leis orientavam as ações dos governantes dos diferentes “regimes políticos” da história de Israel, sobretudo, o da monarquia? Como se comportavam as diferentes forças da sociedade de então, representadas pelas figuras como o ancião, o profeta, o sábio e o sacerdote, sobretudo, frente aos abusos do poder dos reis?

Podem ser feitas também perguntas de caráter interpretativo dos textos bíblicos, como:

– O que é leitura ideológica e leitura política da Bíblia? O que é uma leitura libertadora da Bíblia? Qual a utilidade de uma leitura política de textos bíblicos, para a nossa ação pastoral? Haveria uma leitura não política da Bíblia? Que impacto político causou a atuação e a pregação de Jesus no âmbito do judaísmo e do Império Romano? Qual foi o motivo da condenação de Jesus diante do Sinédrio e de Pilatos?

Evidentemente, não poderemos no espaço do tempo disponível para uma palestra desenvolver a maioria destes aspectos. Daremos apenas algumas pinceladas que nos parecem ser mais importantes, para perceber que a origem dos textos sagrados e sua mensagem estão profundamente ligadas e comprometidas com o que nós hoje chamaríamos política.

Partimos da constatação que no Médio Oriente Antigo não havia um Estado laico, isto é, uma separação entre religião e política, como acontece na maioria das atuais sociedades. Mesmo assim, com Santos Benetti, se pode dizer também hoje: “A fé religiosa, longe de estar alheia às circunstâncias políticas e culturais, mantém com a política e com a história uma dupla relação. Por um lado emerge como interpretação vivida pelos fatos. Por outro, está condicionada pela história”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> BENETTI, Santos. *Política, poder y corrupción en la Biblia*. Buenos Aires: San Pablo, 1996, p. 31. Ao longo da presente exposição nos orientamos várias vezes por esta obra.



## 2. “Regimes políticos” de Israel ao longo de sua história

Israel, ao longo de sua história, passou por três períodos principais:

- período da formação do povo: Patriarcas, Moisés e o êxodo, o tribalismo e os juízes
- período da monarquia e o domínio dos impérios
- o pós-exílio até os tempos de Cristo

### 2.1. *Patriarcas*

Para sermos mais corretos, deveríamos ler e analisar o período dos assim chamados Patriarcas (Abraão, Isaac e Jacó) em conjunto com o tema do êxodo e o dos juízes. A seqüência patriarcas/êxodo/juízes como no-la apresenta a Bíblia é fruto de elaboração tardia, provavelmente, pós-exílica. Historicamente falando, a formação do povo é bem mais complexa do que aparece na Bíblia: Abraão, Isaac, Jacó, doze filhos de Jacó, doze tribos libertadas do Egito e o governo dos juízes. A maior parte do que depois se chamou doze tribos não passou pela experiência do êxodo do Egito. Em outras palavras, nunca esteve no Egito nem passou pela experiência de uma aliança no Sinai. Mas todas as tribos, de certa forma, passaram pela experiência do êxodo, enquanto fê na ação de um Deus libertador, seja das opressões no Egito, seja das opressões dos reis cananeus. Diferentes grupos, em diferentes épocas emigraram da Mesopotâmia e de áreas vizinhas para Canaã. Pode ter havido também mais de um grupo que emigrou em diferentes momentos do Egito. Os hebreus fazem parte daquelas populações pobres e exploradas pelas cidades-reino de Canaã, chamadas habiru ou apiru, e que tantos problemas causaram às mesmas, como sabemos pelas Cartas de Amarna<sup>3</sup>.

No assim chamado período dos patriarcas prevalecia a autoridade do “pai de família” (*bet-ab*) e do chefe do clã, seguidos pela autoridade do líder da tribo. Esta autoridade vigorava tanto no âmbito organizacional da família, clã ou tribo como no da religião. Cada clã adorava o “Deus dos pais”.

O Livro do Êxodo apresenta a autoridade vigente nos clãs como algo querido por Deus. Moisés, criado na corte do faraó, tinha no fundo a cabeça

---

<sup>3</sup> Em 1887, em Amarna, 300 km ao sul de Cairo, foi descoberto um arquivo de cartas escritas em argiletas (tabuletas de barro), em acádico. Era um arquivo referente à política externa do faraó Amenófis (1372-1359 a.C.), que possibilitam formar uma idéia concreta da situação da política no Próximo Oriente, na primeira metade do séc. XIV a.C.

de um governante egípcio, portanto absolutista. Desde que Javé escolheu Moisés para liderar a libertação do Egito<sup>4</sup>, deu-lhe uma recomendação fundamental. Ele não devia entrar nesta empresa sozinho, como o fizera inicialmente ao cometer o crime de assassinato (Ex 2,11-14), mas organizar o processo de libertação junto com os anciãos: “Vai e reúne os anciãos de Israel” (Ex 3,16), para dizer-lhes que Deus decidiu libertá-los da escravidão do Egito. O “Eu estarei contigo” de Javé passa, portanto, pela colaboração das lideranças naturais do povo. Mais tarde, no deserto, Jetro, o sogro de Moisés, vendo-o se esgotar para atender a todas as questões do povo, aconselha-o a escolher “homens de valor” a fim de partilhar com eles a tarefa de governar o povo (Ex 18,11-27). Moisés atende ao conselho e escolhe setenta anciãos, chefes de turma, que recebem o espírito do Senhor, para atender ao povo e decidir as questões judiciais mais simples (Nm 11,10-30).

## 2.2. Moisés, o êxodo e a aliança

As tradições do êxodo e da aliança do Sinai foram elaboradas no período da monarquia, época em que se tornaram uma tradição comum a várias tribos. A libertação da opressão do Egito, através da celebração anual da Páscoa, foi se tornando um modelo para todas as libertações posteriores. A este evento político e religioso Israel retorna, sempre de novo, a fim de reforçar a fé no seu Deus libertador. Assim o faz, por exemplo, a História Deuteronomista<sup>5</sup> – especialmente na história da vocação de Gedeão (Jz 6) –, Ezequiel ao falar das infidelidades de Israel no passado (cap. 20), o Dêutero-Isaias, etc. Os textos do êxodo do Egito, por sua vez, tornaram-se também um modelo na leitura libertadora da Bíblia, feita em nossas comunidades eclesiais de base e outros grupos bíblicos que usam a metodologia do CEBI. Trata-se, em primeiro lugar, de uma libertação histórico-política, que aconteceu tanto no Egito como em Canaã (Débora, Juízes). Embora na Bíblia, “a libertação do Egito e de outros inimigos nunca foi espiritualizada” (cf. Sl 74,2.20.22)<sup>6</sup>, a reflexão posterior frisou sempre mais o aspecto religioso: Deixar de ser escravo do faraó para se tornar servidor de Javé (cf. Ex 3,18; 4,22-23; 5,3-5). Este aspecto foi reforçado pelo tema da aliança do Sinai pela literatura deuteronomista e depois do exílio pela liderança da classe sacerdotal, ligada ao Segundo Templo. No Cântico de Moisés, relido nes-

<sup>4</sup> Cf. GARMUS, Ludovico. Papel de Moisés na libertação do povo. *Vocação, graça e missão. Estudos Bíblicos*, n. 94, p. 9-20, 2007.

<sup>5</sup> Deuteronomista é o nome dado ao conjunto redacional que abrange os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis.

<sup>6</sup> BENETTI, Santos. *Política, poder y corrupción en la Biblia*, p. 93.

te tempo, o destino final dos libertados da escravidão do Egito é o Templo: “Tu os introduzirás e os plantarás no monte de tua herança, no lugar que preparaste para tua morada, Senhor; santuário, ó Senhor, que tuas mãos fundaram” (Ex 15,17).

O Deus libertador do Egito é o Deus que faz a aliança com seu povo, dá os mandamentos e a Lei: Por isso, os Dez Mandamentos e o Código da Aliança são introduzidos pela frase auto-apresentadora de Javé: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te libertou do Egito, lugar de escravidão” (Ex 20,2).

### *2.3. Como se organizavam as tribos?*

No período tribal prevalecia o modo igualitário de produção, no qual as poucas sobras da produção serviam como moeda de troca entre os clãs e as tribos. O excedente da produção era guardado como semente ou era consumido nas festas anuais em torno dos santuários locais (cf. Jz 21,19). Um grupo de famílias formava um clã, um grupo de clãs formava uma tribo. Não havia um santuário central, mas vários santuários locais, como Siquém, Betel, Silo, Guilgal, Bersabéia, etc. Não havia uma verdadeira federação das doze tribos, antes de Samuel, portanto, até a passagem para a monarquia. Mas, grupos de tribos se uniam para lutar pela “libertação” comum, lideradas por um juiz carismático (inspirado por Deus, como Gedeão, etc.). Débora, por exemplo, não conseguiu a adesão de três tribos, Rúben, Gad e Dã (Jz 4–5). Terminada a libertação política, o libertador acabava, depois, sendo o governante ou juiz deste mesmo grupo, encarregando-se de “julgar” o povo. Havia também juízes que eram mais governantes que libertadores, como Tola e Jair (Jz 10,1-5), Abesã Elon e Abdon (Jz 12,8-15), chamados juízes menores.

### *2.4. Período da monarquia e o domínio dos impérios*

A “História Deuteronomista” coloca no Livro dos Juízes as bases para a passagem do regime dos juízes para o da monarquia. Depois que Gedeão, consegue libertar Israel da opressão dos madianitas (Jz 6–7), os israelitas lhe propõem tornar-se rei: “Reina sobre nós, tu, teu filho e teu neto, porque nos salvaste das mãos dos madianitas”. Mas Gedeão rejeita a proposta, dizendo: “Nem eu reinarei sobre vós, nem meu filho reinará sobre vós. É o Senhor que reinará sobre vós” (Jz 8,22-23). Abimelec, porém, filho de Gedeão com uma prostituta de Siquém, aproveita-se da fama do pai e tenta instaurar a monarquia, depois de massacrar seus próprios irmãos. Mas acabou provocando uma guerra civil da qual foi vítima. As vozes contrárias à monarquia

estão expressas na famosa fábula das árvores que queriam escolher para si um rei, pronunciada por Joatão, último filho de Gedeão que sobreviveu ao massacre provocado por Abimelec (Jz 9,7-23). Apesar do desastroso ensaio de monarquia de Abimelec, o grupo que fazia propaganda da monarquia não só não morreu, como se faz perceber no refrão, repetido várias vezes no livro dos Juízes: “Naquele tempo não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia melhor” (Jz 17,6; 21,25; 18,1; 19,1).

Com o domínio dos filisteus sobre algumas tribos, porém, aumentou a pressão em favor da monarquia. De fato, os filisteus, além de dominarem a tecnologia do ferro, dispunham de um exército profissional bem organizado. O sistema de defesa das tribos, ao contrário, baseava-se num eventual exército de voluntários, convocado por algum juiz carismático. Apesar da liderança do já envelhecido Samuel, o sistema dos juízes tornava-se ineficaz para enfrentar o perigo filisteu. Além do mais, dos filhos de Samuel não se podia esperar nada de bom, pois “iam atrás do lucro, aceitavam subornos e pervertiam o direito” (1Sm 8,3). O sistema dos juízes estava falido e não mais podia “salvar” Israel do domínio de seus inimigos.

Diante disso, os anciãos de Israel reúnem-se em torno de Samuel e lhe dizem: “Olha, tu estás velho e os teus filhos não seguem teu exemplo. Portanto, estabelece-nos um rei, para que nos julgue a exemplo de todos os povos” (1Sm 8,4-5). Segundo o deuteronomista, Samuel os advertiu, chamando atenção ao que significaria ter um rei e que conseqüências isso traria para a vida do povo: ter um exército permanente, propriedades extorquidas, administração burocrática e, sobretudo, a cobrança de pesados tributos para sustentar tudo isso (1Sm 8,10-18). Mesmo assim o povo insistiu: “Não importa! Contanto que haja um rei sobre nós! Nós também queremos ser como todos os outros povos. Nosso rei nos julgará e marchará à nossa frente para travar as nossas batalhas”. Portanto, o sistema judicial passaria das mãos dos anciãos e juízes das tribos para o controle do rei, que seria também o comandante do exército. Termina assim o sistema dos líderes carismáticos, os juízes, para ceder lugar à instituição da monarquia, baseada numa pesada máquina administrativa, num exército profissional pago e na odiosa carga tributária.

A monarquia unida, sob Saul, Davi e Salomão, durou pouco tempo (ca. 1020-930). O sistema da monarquia foi se “aperfeiçoando”. Com Saul e inícios do governo de Davi ainda predominam as lutas de libertação contra os filisteus e começa a existir um incipiente exército profissional. Com Davi, além da vitória contra os filisteus, temos lutas de expansão do reino e mesmo dominação de territórios da Transjordânia. Ao conquistar Jebus/Jerusalém, Davi a transforma na capital das doze tribos, em território independente. Transporta para Jerusalém a arca da aliança, símbolo de unidade das doze

tribos e da presença de Javé. Não constrói, porém, o Templo como desejava. Esta tarefa caberá a seu filho Salomão. Este, além de construir o Templo, organiza o reino em doze prefeituras, responsabilizando cada mês uma das prefeituras para a manutenção de toda a máquina administrativa: o palácio, o exército e o serviço do santuário estatal. Os povos dominados, mas também as tribos do Norte, eram convocados para os trabalhos forçados nas construções, como o Templo, o palácio, as muralhas, os armamentos, fortalezas e armazéns. Portanto, o sistema tributário do modelo egípcio e dos reinos aliados de Canaã, voltou a funcionar a pleno vapor. E o mais grave é que o êxodo do Egito e as lutas de libertação em Canaã (Jz 4-5) se fizeram contra o sistema tributário opressor. Com isso, a fé num Deus libertador da escravidão do Egito entra em crise. A divisão política entre Israel e Judá foi causada, sobretudo, pela pesada e injusta carga tributária (cf. 1Rs 12,1-19).

Esta crise era também alimentada pelo culto aos deuses cananeus, ideologia que sustentava o modelo tributário. Surge simultaneamente o conflito entre os deuses cananeus e o Deus libertador do Egito e do Sinai.

Outro ingrediente que agravou a situação foi o domínio assírio – e mais tarde o babilônico – ao qual foram sujeitos Israel e Judá, junto com seus vizinhos Tiro, Sidônia, Damasco, etc. Ao tributo já pesado que o povo devia pagar para sustentar os reinos de Israel e de Judá somaram-se os novos tributos que os assírios e, depois, os babilônios extorquiam para sustentar sua máquina de guerra. Por exemplo, o rei Manaém de Israel (752-741) teve que pagar 35 mil quilos de prata a Teglat-Falasar III da Assíria, “para que o apoiasse e consolidasse a realeza em suas mãos: Naturalmente, não tirou a soma do próprio “bolso”, mas repassou meio quilo de prata como tributo aos proprietários mais abastados do país, que, por sua vez, cobraram a quantia dos pequenos e empobrecidos agricultores (cf. 2Rs 15,19-20). Acáz de Judá, durante o ministério profético de Isaías, pediu socorro ao rei da Assíria contra Israel e Damasco, esvaziando os cofres do palácio (2Rs 16,5-9). Mais tarde, no jogo de alianças políticas de Judá, ora com o Egito, ora com a Assíria, sempre entrava em questão o pagamento de pesados tributos (cf. 2Rs 18,13-16; 20,12-19).

### **3. O ancião, o sábio, o sacerdote e o profeta durante a monarquia**

A figura do ancião, tão importante na época tribal, a quem cabia orientar a família e o clã, bem como julgar as pequenas causas, foi em grande parte esvaziada pela monarquia. Não é que os anciãos deixaram de existir. Eles sempre existiram, como vemos pelas coleções de provérbios de origem familiar/popular.

A figura dos sábios é, também, absorvida pela monarquia enquanto eles se tornam conselheiros a serviço do rei. Conhecida e decisiva, por exemplo, foi a ação de Cusai, um sábio conselheiro a quem Davi recorreu para frustrar os conselhos de outro sábio conselheiro, chamado Aquitofel, que passou a apoiar a revolta de Absalão (2Sm 15,30-37; 16,23-17,23). O livro dos Provérbios aconselha o rei a cercar-se de homens sábios, para ter sucesso na suas estratégias de guerra: “Estabelece planos com conselhos, depois, com estratégia, faz a guerra” (Pr 20,18); “Com estratégia farás a guerra, e a vitória estará no grande número de conselheiros” (Pr 24,6). Isaías critica os conselheiros sábios que estão a serviço do Faraó: “Realmente os príncipes de Tânis não têm juízo; os sábios, conselheiros do Faraó, formam um conselho imbecil. Como podeis dizer ao Faraó: ‘Sou filho de sábios, descendente de antigos reis?’ Onde estão, pois os teus sábios, que eles te anunciem, para que se saiba, o que o Senhor Todo-poderoso decidiu contra o Egito” (Is 19,11-12). Critica também os sábios que desnorteiam o povo de Jerusalém: “A sabedoria de seus lábios perecerá e a inteligência de seus inteligentes sumirá” (Is 29,14). Ezequiel critica o orgulho e a prosperidade do rei de Tiro baseada em sua sabedoria, que o faz pensar ser igual a Deus (Ez 28,1-19; cf. Gn 2,7; 3,1-5). O Dêutero-Isaías satiriza os sábios a serviço do rei da Babilônia (Is 47,10-15). Percebe-se um contínuo conflito entre a ação do sábio e a do profeta junto aos reis: “Os sábios serão envergonhados, ficarão perturbados e serão capturados, pois desprezaram a palavra do Senhor” (Jr 8,9).

Mais importante foi a atuação dos profetas diante da monarquia. O juiz, sacerdote e profeta Samuel é que, por ordem de Deus, unge Saul como o primeiro rei de Israel. Quando este desobedece às ordens do profeta Samuel é rejeitado por Deus e Samuel recebe a ordem de ungir Davi.

### *3.1. Funções dos profetas em relação à monarquia de Israel e Judá*

Os profetas exerceram várias funções em relação à monarquia de Israel:

#### **a) Desmitizam a realza divina oriental**

Isaías e Ezequiel satirizam a tentação dos governantes do Egito e de Tiro, por sua pretensão de se igualarem a Deus (Is 14,1-14; Ez 28,2.6.9).

Por sua vez, os relatos sobre a origem da monarquia (Saul e Davi), influenciados pelo papel desmitizador dos profetas, têm um sabor anedótico, que não pretende esconder nada, diferenciando-se de descrições congêneres do Egito e da Babilônia. O rei não tem origem divina, mas deve ser escolhido “um dos teus irmãos como rei” (Dt 17,15). Com Salomão perde-se um

pouco desta simplicidade. Mesmo assim, as cerimônias de coroação ou de sepultamento nem de longe chegam ao fausto das cerimônias no Egito (pirâmides) e da Mesopotâmia. A realeza em Israel é apresentada com traços mais humanos, mais alegres, com mais simpatia popular (cf. 1Sm 9,2-3; 2Sm 6,5.19). Aos poucos, porém, Israel foi copiando a administração estatal dos reis vizinhos e sofrendo influências através de casamentos com princesas estrangeiras.

### **b) O profeta unge e consagra reis**

Sobre a ascensão de Saul ao trono há diferentes tradições: segundo 1Sm 9,1–10,16 Saul foi escolhido por *unção*. Segundo 1Sm 10,17-27, por *sorteio* em Masfa; e em 1Sm 11,14-15 teria havido uma *proclamação* em Gálgala. A *unção* de Saul, feita em segredo, tem um caráter de conspiração contra o domínio filisteu, como mais tarde a unção de Jeú (2Rs 9). Saul, como escolhido e *ungido de Deus*, possui um *carisma* real, acompanhado de uma transformação do coração pelo espírito de Javé. Com isso, torna-se intocável. Davi o respeita na gruta de Êngadi (1Sm 24,7), quando o encontra dormindo (1Sm 26,9) e manda matar o amalecita que ousou matar Saul ferido (2Sm 1,14). Por unção foram escolhidos também Davi (1Sm 16), Salomão (1Rs 1,41-48) e Jeú (2Rs 9,1-13), sempre por iniciativa profética.

### **c) O profeta critica e contesta a monarquia**

A contestação da monarquia em Israel começou antes mesmo que ela se instalasse, como se vê na fábula de Joatão, um dos textos antimonárquicos mais críticos (Jz 9,7-15).

Nota-se por trás da contestação profética da monarquia um *conflito de estruturas*, de visões diferentes de sociedade. Natã se opõe à construção do Templo (2Sm 7) e condena o adultério e assassinato, cometidos por Davi (2Sm 12). Gad enfrenta Davi quando este fazia o recenseamento (2Sm 24), por ter ferido o princípio teocrático da guerra santa. A ação simbólica de Aías de Silo, dividindo o seu manto em doze partes (1Rs 11,29-39).

Tais atitudes dos profetas são sintomas da resistência da opinião pública, expressa nas palavras de Joab por ocasião do censo (2Sm 24,3) e do próprio povo por ocasião do cisma (1Rs 12,3s). Era o sistema igualitário das tribos, libertadas do jugo do faraó e dos reis de Canaã, que estava em jogo. Neste sentido podem ser lembradas, também, as intervenções de Semeías (1Rs 12,21-24) para evitar a guerra fratricida, de Miquéias filho de Jemla contra o rei Acab e, depois, de Elias e Eliseu (1Rs 17–2Rs 7).

As críticas mais violentas contra os abusos e a opressão causados pelos reis de Israel e Judá provêm dos textos dos profetas clássicos, ou escritores:

*Amós* ameaça o rei e a classe dominante de Samaria com a destruição (Am 3,9-15; 6,1-14); denuncia o luxo das damas ricas da capital (Am 4,1-3),

as injustiças dos tribunais (Am 5,10-20), a ganância dos comerciantes (8,4-14) e o falso culto (4,4-12; 5,21-27). É acusado de conspiração contra o rei, a quem ameaça com a morte na guerra e a deportação de Israel (7,10-17) e acaba sendo expulso do país.

*Oséias* denuncia a as injustiças, a guerra fratricida entre Israel e Judá (Os 5,8-15), a anarquia e violência causadas pelos reis de Israel e anuncia o fim do Reino de Israel.

*Miquéias* denuncia a violência e a opressão causadas pelo sistema monárquico, anuncia a invasão assíria e a destruição do poderio militar do reino de Judá.

*Isaías*, que atuava em Jerusalém, não poupa críticas aos reis, governantes e juízes de Judá (1,21-28; 3,1-15), intervém junto ao rei durante a ameaça de Israel e Aram para forçar Judá a apoiar a aliança contra a Assíria (7,1-17). Promete o nascimento de um novo rei, dotado de todas as qualidades exigidas de um bom governante (8,23-9,6; 11,1-9).

*Jeremias* é conhecido pela sua atuação crítica durante o reinado dos últimos reis de Judá. Tentou, inutilmente, aconselhar a submissão de Judá ao domínio da Babilônia, para assim salvar a sobrevivência política do país. Critica os maus pastores (reis) de Judá e promete um futuro descendente justo de Davi (Jr 23,1-6). Entre os profetas, Jeremias é quem faz as críticas mais agudas à política, à ideologia, aos governantes, aos sacerdotes e ao povo (cf. Jr 5).

*Ezequiel* critica a política infeliz dos últimos reis de Judá que levaram à ruína a existência do reino (Ez 17; 19) e retoma com críticas severas de Jr 23,1-4 o tema dos maus pastores de Israel (Ez 34,1-10).

#### **d) Os profetas messianizam a figura do rei Davi**

O oráculo que Natã transmite a Davi em nome de Javé, prometendo que em seu trono sentaria sempre um de seus descendentes (cf. 2Sm 7), constitui o início da tradição messiânica em Israel. Em Gn 49,10 retoma-se a promessa: “O cetro não sairá de Judá nem o bastão de comando de entre seus pés, até que venha o leão, a quem prestarão obediência os povos”. O último texto é um oráculo que se refere à *paz davídica*, um poema que celebra a ascensão de Davi ao trono. Este texto será mais tarde interpretado por Ez 21,32: “até que venha aquele a quem caberá o julgamento que eu lhe entregar”. A “profecia” atribuída a Balaão é também um oráculo profético tardio (*ex eventu*), referente às vitórias de Davi contra Moab (2Sm 2). Neste oráculo o descendente messiânico de Jacó é chamado “estrela”, “chefe”, “dominador”: “Vejo-o, mas não é agora, contemplo-o, mas não está perto: Uma estrela avança de Jacó, um cetro se levanta em Israel, quebra as têmporas de Moab e o crânio de todos os filhos de Set...” (Nm 24,17). Segundo os profetas,

Davi reinará numa paz eterna (Is 9,5s), será revestido do espírito (Is 2,1-5; 11,1s), será o chefe supremo de Israel (Mq 5,1-5), justo e sábio (Jr 23,3-5; 33,15-18), será o único rei sobre todo o povo (Ez 34,23-24; 37,22-25; Os 2,2; 3,5), sua casa será restaurada (Am 9,11); ele será restabelecido na cidade (Jr 30,9.18.21), em Sião, a cidade fiel (Is 1,26; Ez 17,22s; Zc 8,3).

A figura de Davi torna-se, pois, para os profetas um tipo da figura do futuro Messias. Os profetas que têm os olhos voltados, sobretudo, para o presente e para o futuro, são sensíveis também às idéias de repetição, de restabelecimento da ordem passada. Estão convencidos que o Deus que se revelou nos grandes feitos do passado, realizará seu plano de salvação com novos feitos semelhantes aos do passado, embora superando-os.

#### 4. O pós-exílio até os tempos de Cristo

Com a destruição de Samaria (722 aC) e de Jerusalém (587 aC), Israel e Judá deixam de existir como Estados independentes e tornam-se povos exilados, dominados pelos impérios que se sucedem: domínio babilônico, persa e grego. Gozam de um breve reinado independente sob os macabeus/asmoneus, para caírem sob o domínio romano, nos tempos de Cristo.

O edito de Ciro (538 aC), rei persa, permitindo o retorno dos exilados da Babilônia e a reconstrução do Templo, fazia parte de uma estratégia política adotada pelos persas para conseguir a simpatia dos súditos e adesão ao novo império. Davam certa liberdade no campo religioso e no da organização popular, mas detinham a administração em suas mãos, exigindo fidelidade e o pagamento de tributos. A comunidade pós-exílica ou do segundo templo era geograficamente muito reduzida. Constituíam-se numa comunidade de cidadãos unidos em torno do templo, que se orientavam por uma lei reconhecida pelos persas, isto é, o Pentateuco.

As missões de Esdras e Neemias deram uma forma a esta comunidade. A nova comunidade da Judéia vivia sob o controle rígido dos sacerdotes e levitas, baseado na observância da Torá. Para salvar a identidade nacional os reformadores proibiam os casamentos mistos e exigiam a observância das leis de pureza, evitando a contaminação com os costumes pagãos. Promoveram a redação do Pentateuco. A “obra histórica do Cronista” (1-2Cr + Esd e Ne), fruto desta época, ilustra muito bem a teologia então dominante. Davi e Salomão são apresentados nas Crônicas não só como os construtores do Templo, mas também como iniciadores do culto institucionalizado. Na sua história, o Cronista legitima o poder sacerdotal em estreita aliança com o poder monárquico. A reforma de Esdras e Neemias deu uma nova estruturação ao javismo, base para a sua forma definitiva até hoje. O que estrutura o

judaísmo já não é mais a tribo, o Estado, o território, mas a Lei em torno da qual Judá e o judaísmo estão reunidos. O sacerdócio, o Templo e a Lei são os três pilares do judaísmo como religião. Agora é possível pertencer ao povo de Israel vivendo também no mundo pagão da diáspora. Além do Templo, do culto e proibição dos matrimônios mistos são básicas para o judaísmo as instituições da sinagoga, do sábado e da circuncisão. A figura do profeta desaparece neste período e a função do sábio é aos poucos assumida pelo escriba, especialista da Lei. A autoridade é controlada pelos sacerdotes que controlam o Templo e as instituições religiosas.

Não faltam reações contra a política de Esdras e Neemias, como podemos ver em Is 56–66 e nas novelas de Rute e Jonas, que representam a abertura universalista do judaísmo da diáspora.

## 5. Como Jesus se colocou diante de sua missão?

À luz dos escritos do Novo Testamento poderiam ser formuladas várias hipóteses para explicar o posicionamento de Jesus diante de sua missão<sup>7</sup>:

**a) *Jesus teria se apresentado como um rei libertador, fracassado.*** Os sumos sacerdotes decidem condená-lo: “Este homem faz muitos sinais. Se o deixarmos assim, todos vão acreditar nele; depois virão os romanos e destruirão nosso lugar santo e nossa nação... Não compreendeis que é melhor para nós que morra um só homem pelo povo para que não pereça a nação toda” (Jo 11,47-49). É a idéia sustentada por judeus, autoridades e escritores romanos. A comunidade judeu-cristã de Jerusalém parece que pensava também assim: “Senhor, é agora que vais restabelecer o reino de Israel” (At 1,6)?

**b) *Jesus teria sido mal compreendido pelos discípulos e o povo que o interpretava como messias-rei, libertador nacional*** (Lc 24,21). De fato, os galileus eram politizados e entre os discípulos havia zelotas (Simão o zelota: cf. Lc 6,15; At 1,13). Judas se decepcionou e se enforcou... Havia espadas na hora da prisão (cf. Lc 24,19-21). Jesus tentou, mas não conseguiu convencê-los de sua proposta como Messias, Servo Sofredor.

**c) *Jesus se apresentou e se entendeu a si mesmo como um profeta***, dentro de um apocaliptismo moderado. Encontrou resistência da própria família, de grupos fariseus mais conservadores, pietistas e legalistas e, sobretudo, dos representantes da teocracia sacerdotal. Mas foi apoiado pelos mais pobres, considerados impuros e pelas mulheres. Pessoalmente, Jesus não se apresentou como Messias e Filho de Deus, mas foi assim apresentado pelos primeiros cristãos.

<sup>7</sup> BENETTI, Santos. *Política, poder y corrupción en la Biblia*, p. 356-359.

## 6. Paulo e Jesus

Paulo abandona a terminologia javista tradicional<sup>8</sup>, como profeta, ungido ou Messias, filho de Davi, filho do homem, etc., termos estranhos e sem significado para o mundo pagão. Prefere deixar de lado a figura histórica de Jesus e seu contexto histórico-cultural, para apresentar um Jesus como figura celestial, o homem ressuscitado, a nova criatura do final dos tempos (escatológicos). Dá a Jesus títulos mais familiares aos gregos: como “Senhor” e “Salvador” (*Kyrios* e *Soter*). Eram títulos também aplicados pelos gregos e romanos a seus deuses e ao imperador divinizado. Dá também o título de Filho de Deus (familiar ao mundo greco-romano) e lhe aplica os conceitos atribuídos a Javé: criador, juiz e dominador do universo.

A salvação de Deus começa agora na comunidade cristã, mas se completará somente com a “vinda” (*parusia* – conceito aplicado às ‘aparições’ do imperador e autoridades a uma cidade) do Cristo glorioso, para instaurar a nova era do mundo novo (Reino de Deus dos Sinóticos). Nas Cartas dêutero-paulinas, Colossenses e Efésios, Jesus Cristo é visto como um ser pré-existente, senhor de toda a criação (Cl 1,15-20). De certa forma, estas idéias já estão presentes em 1Cor 15,24-28 e Fl 2,6-11. Assim, em Paulo, Cristo se torna quase que um ser mitológico, “tão divino e onipotente como carente de humanidade e de existência histórica”<sup>9</sup>. A vida histórica de Jesus, com exceção de sua morte ligada à ressurreição (2Cor 5,16-17; Rm 1,1-4), é vista como sem sentido salvífico: “Por isso, daqui em diante, não vamos considerar ninguém segundo a carne. E se antes consideramos Cristo segundo a carne, agora já não o consideramos assim” (2Cor 5,16). O querigma recebido por Paulo da tradição também começa apenas com a sua morte: “Eu vos transmiti, em primeiro lugar, o que eu mesmo recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, que foi sepultado; que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as escrituras, que apareceu a Cefas e depois aos Doze...” (1Cor 15,3-5).

Apesar do desinteresse de Paulo pelo Jesus histórico, sua mensagem sobre Cristo ressuscitado, os títulos que lhe dá, o evangelho da salvação destinado a todos os povos, sem distinção de raça ou credo, teve um impacto importante no contexto político do império romano. Segundo Richard Horsley<sup>10</sup>, Paulo teria desafiado a *soteria* representada por César e seu império com a “salvação” (*soteria*) promovida por Jesus. “Tal como a de César, a

<sup>8</sup> BENETTI, Santos. *Política, poder y corrupción en la Biblia*. p. 366-370.

<sup>9</sup> BENETTI, Santos. *Política, poder y corrupción en la Biblia*, p. 370.

<sup>10</sup> HORSLEY, Richard A. *Paulo e o império romano*. Religião e poder na sociedade imperial romana. São Paulo: Paulus, 2004, p. 154-159.

soteria do Deus Jesus abarca todo o mundo” (Rm 1,16). O que Paulo diz de Cristo contrapõe-se ao que se dizia de César no império romano. Paulo teria sido condenado por um “crime ativo, um ato de agressão política”, fato que Lucas, amigo tanto dos romanos como de Paulo procura acobertar.

Os Evangelhos Sinóticos, redigidos após a morte de Paulo, são de certa forma uma reação à tendência mitologizante, presente nos escritos de Paulo. Os Sinóticos, na sua interpretação, tentam recolocar Jesus no chão da história<sup>11</sup>. Neste sentido, Lucas diz sobre seu evangelho: “Escrevi o primeiro livro, ó Teófilo, sobre tudo que Jesus começou a fazer e ensinar, até o dia em que depois de ter dado ordens pelo Espírito Santo aos apóstolos que escolheira, foi elevado ao alto” (At 1,1-2). O conteúdo do Evangelho não é apenas o valor redentor da morte de Cristo e do seu ensinamento – como em Paulo – mas inclui também o fazer e o ensinar de Jesus, desde seu batismo no Jordão.

Para entender o posicionamento político de Jesus, convém lembrar aqui os três anúncios da paixão, seguidos de três ensinamentos aos discípulos. Enquanto isso, os discípulos disputam os primeiros lugares junto a Jesus no seu reinado terrestre em Jerusalém (Mc 9,30-34; Mt 20,20-24). E Jesus lhes diz: “Sabeis que os chefes das nações as oprimem e os grandes as tiranizam. Entre vós não seja assim. Ao contrário, quem quiser ser grande, seja vosso servidor, e quem quiser ser o primeiro, seja vosso escravo. Pois o Filho do homem veio: não para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate de muitos” (Mt 20,25-28; Lc 22,24-27).

**Ludovico Garmus, OFM**

[garmus@itf.org.br](mailto:garmus@itf.org.br)

Professor da PUC-Rio

Professor do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis

---

<sup>11</sup> Para entender melhor Jesus, sua mensagem e suas ações na ótica da política, recomenda-se a leitura do livro de Richard A. Horsley, *Jesus e o império. O reino de Deus e a nova desordem mundial*, São Paulo, Paulus, 2004. O autor procura ler Jesus no contexto da nova desordem do imperialismo norte-americano e da globalização.